

República do Paraguai: A Pátria do Marechal Destruída pelo Consenso Liberal-Civilizador

Junior Ivan Bourscheid¹

Resumo

O presente trabalho busca debater as lutas populares paraguaias em um momento histórico decisivo, contra um consenso internacionalmente apoiado, que imprimirá estruturas políticas, sociais e econômicas propensas à garantia dos interesses das potências (a hegemônica e a regional) na realidade paraguaia. Por meio do aporte teórico marxista – determinantemente das Relações Internacionais – intenta-se caracterizar a forma como estava organizado o governo paraguaio durante a República *francista* e *lopista* (1814-1870), observando em sua matriz social uma aproximação do socialismo utópico de Rousseau, delimitando-se como um proto-socialismo. De modo mais específico, a análise recairá sob o período comandado pelo Marechal Francisco Solano López (1862-1870), utilizando-se a categorização weberiana da legitimação do domínio político, comparando-o com os demais governos regionais, tendo na hecatombe paraguaia o exemplo empírico da ampla legitimidade desta forma de governo ante sua população. A partir da análise interna da República do Paraguai, se examinarão suas relações internacionais dentro do Sistema do Prata, apresentando seu isolacionismo, concomitante com as pretensões de manutenção da balança de poder, como fatores preponderantes para a escalada rumo ao conflito regional e sua posterior supressão por meio da Guerra da Tríplice Aliança, representando a vitória do consenso liberal-civilizador e dos interesses do Império do Brasil, da elite comercial bonaerense e dos grandes proprietários dos países da Aliança, incorporando o Paraguai à matriz produtiva agroexportadora dependente.

Palavras-chave

República do Paraguai; Marechal López; Consenso liberal-civilizador; Guerra da Tríplice Aliança.

Abstract

This paper seeks to discuss the Paraguayan popular struggles in a decisive moment in history, against a consensus internationally supported, that will inflict political, social and economic structures prone to guarantee the interests of the powers (the hegemonic and regional) in the Paraguayan reality. Through a Marxist theoretical approach – determinedly of International Relations – the article first seeks to characterize how the Paraguayan government was organized during the *francista* and *lopista* Republic (1814-1870), finding in its social configuration an approximation to the utopian socialism of Rousseau, delimiting itself as a proto-socialism. Specifically, the analysis will focus on

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). E-mail: junior_bourscheid@hotmail.com.

the political period commanded by Marshal Francisco Solano López (1862-1870), using the Weberian categorization of legitimization of political domination, and comparing it with other regional governments, finding in the Paraguayan hecatomb an empirical example of the broad legitimacy of this form of government before its people. From the internal analysis of the Popular Republic of Paraguay the article will consider its international relations within the Plate System, presenting its isolationism, associated with the wishes of maintaining the balance of power, as major factors for climbing towards regional conflict and its subsequent suppression by the War of the Triple Alliance, representing the victory of the liberal-civilizing consensus and the interests of the Empire of Brazil, the commercial elite of Buenos Aires and landlords of the Alliance, incorporating Paraguay to the dependent agro-export production structure.

Key-words

Republic of Paraguay; Marshal López; Liberal-civilizing consensus; War of the Triple Alliance.

Introdução

O século XIX projeta-se como decisivo para o rumo das relações internacionais entre os países da Bacia do Prata, influenciando diretamente no processo de desenvolvimento histórico da República do Paraguai. Nesse contexto, a República concebida em 1814 pelo Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia – imediatamente posterior à formação do Estado Nacional, em 1811 – e a emblemática figura do Marechal Solano López, possuem centralidade nos debates dos fenômenos ocorridos naquele sistema.

Claro está que a República guarani suscitou indisposições com os demais países membros do Sistema do Prata, que em dado momento histórico (na década de 1860), converteram-se em conflito bélico, alterando completamente os rumos da República do Paraguai, no sentido de atender às necessidades da potência regional, bem como às da potência hegemônica mundial.

Para fins de objetividade prática, considerando as limitações deste trabalho, a República do século XIX será analisada apenas no período do governo do Marechal Francisco Solano López (1862-1870), que abrange a hecatombe da Guerra da Tríplice Aliança, que representa um acontecimento histórico decisivo para debater o desenvolvimento das estruturas, das instituições e da sociedade paraguaia nos séculos posteriores.

Entrementes, faz-se necessária a indagação do motivo pelo qual emerge o ensejo de se debater a República do Paraguai em um momento histórico crítico – do ponto de vista da manutenção das relações pacíficas entre os países do Sistema do Prata, que resultou em conflito armado. Primordialmente, o apontamento mais relevante diz respeito à importância do Paraguai para a manutenção do Sistema do Prata.

No século XIX devido ao comércio regional, que se utilizava dos rios que recortam o território paraguaio, e pela necessidade de se eliminar um regime político-econômico considerado anômalo dentro dos moldes da realidade regional daquele momento, os acontecimentos internos paraguaios adquiriam destaque frente aos interesses dos demais países da região. Todavia, essas condicionantes apreciam-se de forma decisiva quando se observa a presença dos interesses da Inglaterra na região, sobretudo na sua relação com os interesses econômicos das nações favorecidas pelo comércio com a potência hegemônica mundial.

Deste modo emerge a caracterização da coalizão *anti-lopista* como um consenso liberal-civilizador, que busca tanto a liberalização comercial do Paraguai, até então marcadamente protecionista, quanto à supressão do regime autoritário de López. Não obstante, apresentam-se apontamentos que sinalizam uma práxis muito distinta. A forma de legitimação do domínio político, as relações internacionais dentro da região, e os interesses comerciais e políticos dos demais países, convergem para uma aliança contra o Paraguai de cunho “liberal-civilizadora às avessas”.

Por outro lado, a estruturação da República *lopista* foi determinante para a resistência popular paraguaia no confronto com a Tríplice Aliança, fomentando a idolatria ao líder nacional, o Marechal López. Ao apreciarem-se estes fenômenos, se analisará a figura de López, bem como a luta popular que intenta a manutenção deste regime político, encontrando na análise weberiana do domínio político, os subsídios necessários para a compreensão desses fenômenos.

A luta popular paraguaia frente ao consenso liberal-civilizador

A organização social da República paraguaia e suas dissensões no Sistema do Prata

Indubitavelmente, a problematização do governo do Marechal Francisco Solano López é essencial para a compreensão da evolução do Sistema do Prata. A República instituída pelo Dr. Francia – o “pai da pátria” – que foi mantida por Carlos Antônio López (pai de Solano), mostrava-se cada vez mais destoante da realidade regional. Isto pode ser afirmado categoricamente por duas razões: os avanços sociais e econômicos logrados pela República guarani, e a ilegitimidade do reclamo dos demais países por liberdade e civilidade no regime *lopista*.

No que concerne aos avanços internos que o Paraguai vivenciava, segundo Vilaboy (1984), destaca-se o processo de modernização, que se refletia no fato da República paraguaia ser na época possuidora da única fábrica de fundição de ferro da América Latina, o que possibilitou a construção do primeiro barco a vapor com casco de aço, da primeira linha ferroviária da América do Sul e de uma linha de telégrafos que destoava da realidade sul-americana.

Sua grande diferenciação em relação aos demais modelos de crescimento, no entanto, residia nos avanços sociais logrados em conjunto com os avanços econômicos. O dualismo crescimento-desenvolvimento, que compreende o dilema entre o

crescimento econômico e a distribuição dos avanços obtidos (justiça social), historicamente surgiu como problemática central para os planejadores de políticas econômicas. Todavia, a socialização presenciada nas Repúblicas *francista* e *lopista* representava uma novidade histórica anômala ao estabelecimento do capitalismo imperialista, que iniciava seu processo decisivo de assentamento na região.

O Paraguai possuía um sistema educacional público sem precedentes na América Latina, que resultava em um dos índices de analfabetismo mais baixos da região². A contemporânea problemática da reforma agrária não tinha espaço no governo da República Popular, já que o Estado dispunha de grandes extensões de terras que eram arrendadas aos camponeses, as “Chácaras da Pátria”, destinadas para a produção para o consumo interno e, em alguns casos – como o do tabaco – para a exportação³. E, como o país era substancialmente agrícola (Pomer, 1987), o nível de desempregados era irrisório, pois o Estado fomentava a produção com subsídios de toda sorte. Mas, o principal avanço do Paraguai frente a seus vizinhos cabia ao fato de que o governo não possuía dívidas externas, o que lhe conferia certo grau de autonomia em suas políticas, tanto internas quanto externas.

(...) O Estado se converteu numa formidável alavanca impulsionadora do desenvolvimento econômico nacional, em virtude das possibilidades de acumulação de capital que permitia a vasta esfera econômica governamental. Isto explica que, sem necessidade de obter empréstimos externos e ao valer-se de uma balança comercial anualmente favorável, que permitia obter meios de produção com custos relativamente baixos, o país estava em condições de criar uma nascente infraestrutura, e de lançar as bases de uma indústria própria, sem perder por isto o domínio dos principais recursos naturais, nem de nenhuma das fontes internas de financiamento (VILABOY, 1984, p. 127).

Considerando os apontamentos do *leninismo*, é possível identificar três traços fundamentais nas sociedades do capitalismo periférico: a oposição entre a classe trabalhadora e a classe dirigente; a oposição entre a nação dominante e a nação

² Em apenas cinco anos, entre 1857 e 1862, o número de estudantes nas escolas (todas públicas) passou de 16.000 para cerca de 25.000, evidenciando a abrangência cada vez maior das parcelas da população beneficiadas com as políticas de educação pública dos governos paraguaios, mais especificamente no governo de Carlos Antonio López (Vilaboy, 1984).

³ O processo de Reforma Agrária havia sido empreendido no governo do Dr. Francia, quando da expulsão da antiga oligarquia paraguaia para Buenos Aires (principal refúgio dos mesmos), paralelamente à nacionalização e estatização das terras, que tiveram seu direito de uso repassado à população por meio do sistema de Chácaras da Pátria. Este sistema permite uma clara diferenciação da situação dos camponeses paraguaios com os camponeses franceses, apresentada por Marx (2000), evidenciando um grau de riqueza das relações sociais, de divisão do trabalho e de entrelaçamento dos camponeses, muito distinto do traço característico desta classe no restante do mundo. Estes eram avanços adicionais plausíveis de serem apreciados quando se considera a República do Paraguai pré-guerra.

dependente; e a oposição entre a organização moderna e a arcaica da sociedade. Por conseguinte, se analisarmos a experiência da República do Paraguai pré-guerra, comparando-a com a experiência do modelo agroexportador das demais nações, sobressai uma estruturação distinta, marcada pela socialização crescente do acesso aos meios de produção, sob controle estatal. Com a revolução de 1814, perpetrada pelo Dr. Francia, ocorreu a reordenação das estruturas sócio-econômicas da sociedade paraguaia, apartando-se da matriz colonial e adentrando em uma matriz proto-socialista⁴. Mesmo havendo autoritarismo político, este era apaziguado pela socialização econômica.

A oposição com a nação dominante é traço basicamente exógeno, persistente e resistente às transformações internas, pois depende diretamente da conjuntura internacional, do Sistema Internacional vigente, que no momento aspirava ao início do período imperialista do capitalismo. Quanto ao terceiro traço, este é o diferencial mais marcante da República do Dr. Francia.

Ao romper com a Coroa Espanhola, cujo domínio era marcado pela presença dos proprietários *criollos* e estava baseado na exportação de poucas matérias primas, o Paraguai assentava-se essencialmente em uma matriz social arcaica, caracterizada por relações de produção semi-feudais (Donghi, 1975). Com o início do governo do Dr. Francia, as primeiras medidas tomadas intentavam solapar essa matriz arcaica e estabelecer uma nova, socializante. Francia rompe com os privilégios da oligarquia, da Igreja Católica, dos comerciantes e profissionais liberais, convertendo o Estado em impulsionador do “emparelhamento social” (Martínez, 2011; Chiavenato, 2008), constituindo a fase inicial para a conformação do proto-socialismo paraguaio.

Todavia, será no governo de Carlos Antônio López (1840-1862) que as estruturas produtivas do Paraguai serão determinantemente modernizadas, com a instalação de uma indústria de base, principalmente do aço, que será essencial para a

⁴ Tal caracterização pode ser efetuada quando se apreciam os apontamentos efetuados por Marx e Engels (1999) e Lênin (1977). Primeiro, pela experiência socializante paraguaia haver sido perpetrada antes da formulação teórica do socialismo científico. Segundo, em função da estruturação política, social e econômica se aproximar da caracterização do socialismo, não obstante de forma rudimentar, já que não representara uma transição de um modo de produção capitalista para um socialista, mas sim uma evolução de um sistema feudal para outro socializante, mantendo-se o modelo agrário de produção dirigido pelo Estado. Desse modo, afirma-se que o Paraguai não poderia ser caracterizado como um país socialista, ao mesmo tempo em que a direção estatal da produção, promovendo a socialização das bases produtivas, não permitiria caracterizá-lo como um país capitalista ou feudal, restando aproximá-lo de um proto-socialismo.

consolidação de uma matriz social modernizadora⁵. Quando Solano López assume a presidência em 1862, recebe o legado dos governos anteriores, que lhe deixaram uma sociedade com estruturas produtivas rumando à modernização, e amplamente socializadas.

Entre o socialismo utópico e o imperialismo inglês

A conflagração dos movimentos de independência nacional na América Latina, segundo Donghi (1975), estava vinculada com as alterações políticas do continente europeu. A Revolução Francesa de 1789 estava sendo difundida para o restante do continente por meio das campanhas militares de Napoleão, que intentava romper com o domínio tradicional das principais monarquias absolutistas da região. Como a França representava uma ameaça à Coroa Espanhola, os movimentos libertários americanos observaram no movimento francês uma base para organizar seu levante anti-colonial (TORRES HOMEM, 1911).

Considerando que o regime político instituído na revolução de 1814 estava marcadamente relacionado com os ideais da Revolução Francesa (1789), observando os princípios da teoria rousseuniana, se percebe que a tônica da organização social paraguaia baseava-se no seguinte preceito:

Enquanto numerosos homens reunidos se consideram como um corpo único, sua vontade também é única e se relaciona com a comum conservação e o bem-estar geral. Todas as molas do Estado são então vigorosas e simples, suas sentenças são claras e luminosas; não há interesses embaraçados, contraditórios; o bem comum mostra-se por toda parte com evidência e apenas demanda bom senso para ser percebido (ROUSSEAU, 2001, p. 142).

Martínez (2011, p. 49-50) apresenta sua versão da organização social paraguaia à época de Francia, dizendo que este “confiscou terras dos proprietários *criollos* e da igreja, as estatizou e repartiu entre camponeses e primitivos habitantes, fechou o comércio com o exterior e fortaleceu a produção nacional”. Por conseguinte, Pomer (1987) divide a sociedade paraguaia do período em duas camadas: o Estado e os camponeses.

⁵ Esta modernização das estruturas produtivas observou-se por um amplo processo de incorporação de profissionais estrangeiros para capacitarem paraguaios nos setores base para alavancar o crescimento econômico. Extrai-se tal afirmação dos apontamentos de Galasso e Ibañez (2005, p. 3), quando estes mencionam que: “[Carlos Antonio] López contratou na Europa engenheiros, mecânicos, escritores, arquitetos, matemáticos, geógrafos, etc. A formação técnica dos paraguaios para habilitá-los a participar ativamente na criação das indústrias modernas foi uma preocupação constante do Estado paraguaio”.

Todavia, essa concepção social baseia-se em uma observação isolacionista, compreendendo apenas os interesses internos que permeiam a nação, e deixando de considerar a interação entre as sociedades, e como os interesses de umas e outras podem (e são) divergentes, suscitando conflitos entre as mesmas. É deste modo que o marxismo, principalmente Engels (2011), considera a teoria social francesa do século XVIII como um socialismo utópico. A submissão da organização social à razão humana se deu de forma isolacionista, não observando a proeminência dos interesses da burguesia que se desenvolviam em detrimento dos antigos senhores feudais e dos monarcas europeus e, conseqüentemente, se utilizariam dos ideais racionalistas até o ponto em que permitissem o desenvolvimento do capitalismo e a manutenção dos interesses burgueses.

Esta caracterização decorre da análise da economia política de Marx e Engels (1999), que consideram tanto o modo de produção capitalista quanto o socialista essencialmente internacionais. Isto se dá pelo fato da postura isolacionista não suportar as pressões advindas do restante das sociedades, onde é vigente outro modo de produção, adverso ao instalado na sociedade isolada. Esta concepção científica do marxismo auxilia na explicação do empreendimento da Tríplice Aliança para derrubar o modelo paraguaio, e a dificuldade essencial deste em vencer, ou mesmo resistir, à investida anti-*lopista*.

Seguindo essa análise, os avanços estruturais socializantes que permeavam a República *francista* e *lopista*, conforme descrito por autores como Chiavenato (2008), Pomer (1987), Vilaboy (1984) e Martínez (2011), representavam um “mau exemplo” para seus vizinhos, tornando-se hostil ao Império Brasileiro, à República Argentina e à conturbada República Oriental do Uruguai. Tal fenômeno torna-se ainda mais perceptível quando o analisamos sob a perspectiva do traço fundamental das sociedades na leitura de Marx, qual seja, a luta de classes. Imperiosamente, ao observar a luta de classes em seu caráter transnacional, sobressaltam-se as assimetrias entre o grau interno de cada situação nacional. Desta forma, a consolidação de um espaço marcado por relações de produção harmônicas causa efervescência social em outros espaços, nos quais as relações ainda estão pautadas na dominação e exploração, e que tenham contato com este espaço socializante.

Contudo, faz-se necessário refinar esse argumento da vertente da historiografia revisionista, que o apresenta como um fator fomentador de efervescência social, que não

teve tal apreciação nas demais sociedades platinas, já que suas matrizes sociais permaneceram praticamente inalteradas durante o período. Isto não refuta que existissem dissensões e resistências internas nestes países, como os federalistas da Argentina, os *blancos* uruguaios e alguns setores políticos brasileiros (essencialmente os conservadores da elite do Rio de Janeiro, adeptos das negociações diplomáticas). Portanto, as diferenças da matriz social paraguaia com as dos demais países, por si, não explica as motivações do conflito, mas auxilia, quando se evidencia a existência de dissensões internas nos demais países, e a consequente necessidade de legitimação das elites políticas no poder.

Além das dissensões estruturais entre o Paraguai e as demais nações do Sistema do Prata, outro fator a ser considerado diz respeito ao consenso existente de que era substancial a necessidade de se levar liberdade e civilização ao “bárbaro e tirânico” regime de López, apresentado em obras como as de Costa (1870), Oliveira Dias (1870), Montenegro (1893) e Beltrão (1998), e debatidas por Pomer (1987) e Chiavenato (2008). Isto ocorria, por um lado, pela percepção *lopista* de que a democratização política, inevitavelmente, faria com que a oligarquia reacionária paraguaia voltasse ao poder. Sendo assim, para a manutenção da República de 1814, utilizava-se de uma forma de governo politicamente autoritária. Por outro lado, a influência inglesa nos demais países da região infundia a ideia hegemônica de que as liberdades burguesas e a “civilização liberal” fossem necessidades primordiais aos países, por dois motivos: para a manutenção estável desse regime e para o equilíbrio do sistema regional. Emergira, assim, a justificativa da empresa civilizadora anti-*lopista*.

Entrementes, este consenso estava formado por nações com regimes políticos destoantes de seu receituário libertário: o Brasil era o império governado por Dom Pedro II, ainda sob o marco do regime escravista; a República Argentina, comandada pelo General Mitre, submetia por armas as demais províncias ao poder de Buenos Aires; e o Uruguai era a república onde o governo *Blanco* fora retirado do poder em favor dos *Colorados*, em meio a uma guerra civil, recebendo auxílio de brasileiros e argentinos em 1863-64.

Essa incoerência entre o ideal e o factual não é mero equívoco conceitual. Analisando-se os apontamentos de Marx (2000, p. 54) observaremos que este fenômeno representa uma ferramenta utilizada nas lutas históricas em busca do domínio político-

econômico, podendo ser comparado tal ocorrência com a formulação do consenso liberal-civilizador, quando este menciona que:

(...) assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir ainda mais as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade.

Deste modo, é possível evoluir no debate historiográfico, distanciando-se da visão de Chiavenato (2008), que via nos interesses da Inglaterra na região um dos elementos primordiais na conflagração do conflito. Pode-se aproximar dos apontamentos de Doratioto (2002), no sentido de observar nos interesses nacionais de argentinos, brasileiros e paraguaios o fator essencial da escalada beligerante. Para Doratioto (2002), o conflito fora motivado, em grande medida, pelo processo de consolidação dos Estados nacionais da região platina, que tomou contornos violentos a partir de 1860, culminando no conflito regional da segunda metade da década.

De modo objetivo, Pomer (1987) ressalta que os três governos não tinham nada de liberdades e civilização como pregavam para a República do Paraguai, entretanto, eram grandes adeptos e defensores das liberdades de comércio, favoráveis para si e para o governo inglês. Ademais, Alberdi (1965, p. 19) afirma categoricamente que “no Prata são débeis as instituições, mas não os homens nem as coisas”. Nitidamente, os interesses da burguesia comercial argentina e brasileira, além dos grandes proprietários dos três países seriam primordiais em relação a qualquer institucionalidade adversa, como será observado no Uruguai.

Retomando os apontamentos do socialismo utópico de Rousseau (2001), encontram-se fundamentos teóricos que possibilitam a compreensão do estabelecimento de interesses nacionais destoantes das necessidades sociais convergentes ao bem comum. Segundo Rousseau (2001, p. 144):

(...) quando o Estado, próximo de sua ruína, apenas subsiste através de uma forma vã e ilusória, quando o laço social se rompe em todos os corações, quando o mais vil interesse se adorna afrontosamente com o nome sagrado do bem público, então a vontade geral emudece, todos, guiados por motivos secretos, deixam de opinar como cidadãos, como se o Estado jamais houvesse existido, e são aprovados falsamente, a título de leis, decretos iníquos cujo único fim é o interesse particular.

É nesse sentido que Pomer (1987) e Chiavenato (2008) caracterizam o Império do Brasil como decadente e ávido por alguma conquista no cenário regional, a fim de

perpetuar sua existência, e a República Argentina como fragmentada, o que impossibilitava a condução estável da política e economia nacionais, necessitando de coesão interna, buscada na ação externa.

Entretanto, a teoria de Rousseau (2001) carecia de apontamentos quanto às relações internacionais. Tais indicações foram aportadas pelo marxismo, enquanto teoria social de escopo mais abrangente, considerando o amplo rol de sociedades existentes no planeta e suas interações. Deste modo, os processos inovadores que emergiam no novo cenário político-econômico internacional, foram debatidos por Karl Marx e Friedrich Engels, no *Manifesto Comunista* de 1848. Estes preconizavam a nova forma de ação da burguesia industrial, principalmente europeia, que ditaria o consenso liberal-civilizador.

Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para a sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. (MARX E ENGELS, 1999, p. 13).

Seguindo esse aporte teórico, observaremos em Lênin (2011) a caracterização mais precisa do processo vivenciado durante a Guerra da Tríplice Aliança e sua necessidade de estabelecer à maior extensão possível os termos de troca favoráveis ao capitalismo financeiro inglês e ao modelo agroexportador argentino-brasileiro. Desta forma, entende-se que:

O desenvolvimento da troca, tanto no interior como, em especial, no campo internacional, é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo. A Inglaterra foi a primeira que se transformou em país capitalista, e em meados do século XIX, ao implantar o livre câmbio, pretendeu ser a “oficina de todo o mundo”, o fornecedor de artigos manufaturados para todos os países, os quais deviam fornecer-lhe, em contrapartida, matérias-primas (LÊNIN, 2011, p. 180).

Nesse sentido, pode se pressupor que o êxito da República de 1814, do ponto de vista econômico e social, frente às assimetrias dos Estados da Argentina, do Brasil e do Uruguai, representaria uma alternativa para essas nações, fomentando a efervescência de movimentos revolucionários e contestatórios nesses países, contrapondo-se aos

interesses de suas classes dirigentes e da Inglaterra, e agravando as tensões entre as parcelas dominantes e dominadas da sociedade, já conflitantes quando se observam as realidades nacionais do período, apresentadas anteriormente. Todavia, não se deve cometer o erro crasso de generalizar o conflito platino com os interesses ingleses. Estes estavam intimamente ligados com a burguesia comercial bonaerense, bem como com as elites regionais dentro do Império do Brasil. Blanch (2008) apresenta um caso específico que permite evidenciar a existência de interesses comerciais brasileiros no conflito, essencialmente com relação à erva mate.

Brasil o maior exportador de produtos amplamente consumidos no Rio da Prata – erva mate, açúcar, e em menor escala café – havia se beneficiado do longo hermetismo do Paraguai durante as ditaduras de Francia e Carlos López. No entanto, o novo protagonismo que Solano López tentava ter no Prata ameaçava seriamente os interesses comerciais brasileiros, já que a saída dos produtos paraguaios – principalmente a erva mate – pelo porto de Montevidéu lhe tiraram um grande mercado devido a seu menor preço e maior qualidade. Por isto, ao término da guerra o diplomata brasileiro Almeida Rosa incluiu no tratado de limites assinado entre Brasil e Paraguai “o distrito onde a erva de alta qualidade ou o chá paraguaio (...) é cultivado” (BLANCH, 2008, p. 9).

No entanto, a força motriz que possibilitou a ocorrência conflituosa residiu nos interesses e pretensões hegemônicas do Império do Brasil, em conjunto com a República Argentina no Sistema do Prata, concomitante com a observação da República do Paraguai sobre a necessidade de manutenção de um equilíbrio de poder no interior do sistema.

Analisando as principais obras que tratam das relações internacionais dentro deste sistema regional, torna-se possível delimitar as aspirações regionais dos envolvidos da seguinte maneira: o Brasil buscava a definição de suas fronteiras com o Paraguai e a contenção das pretensões argentinas de expansão rumo à pátria guarani e ao Uruguai (Doratioto, 2002); a Argentina almejava delimitar suas fronteiras com o Paraguai, controlando as áreas em litígio, ficando o mais próximo possível de Assunção, bem como reduzir a influência do Império na política regional (Pomer, 1987); o Uruguai, sob o comando *Colorado*, buscava sua manutenção no sistema, aproximando-se de argentinos (por meio de Mitre) e de brasileiros (por meio da elite rio-grandense), sem grandes aspirações no cenário regional (Pomer, 1987); e o Paraguai intentava a manutenção do equilíbrio de poder existente antes da década de 1860, aumentando sua influência na política regional e repelindo as pretensões argentinas de expansionismo e as hegemônicas dos brasileiros (Chiavenato, 2008; Doratioto, 2002).

Ademais, o acirramento das críticas ao governo paraguaio estava intimamente relacionado com o governo do Marechal Solano López, e com sua imagem frente à população paraguaia, fator básico para a compreensão de sua legitimidade expansiva. Para esclarecer de forma objetiva a figura política emblemática do Marechal Solano López, lançar-se-á mão da tipologia weberiana das legitimações para o domínio político.

O líder e seu legado

Weber (1982), no capítulo IV intitulado *A Política como Vocação*, apresenta uma diferenciação entre três formas de legitimação para o domínio político, utilizando-se da seguinte tipologia: domínio carismático, domínio pela legalidade e o domínio tradicional. Evidencia-se, ao longo do trabalho, que o domínio carismático torna-se demasiado custoso para o líder, seja pela dificuldade de existir essa vocação política, restrita a poucas figuras políticas, seja pelo processo de contradição com as demais formas de domínio político, que não contam com o mesmo apelo popular.

Partindo das exposições e análises de Garmendia (1884), O’Leary (1922), Vilaboy (1984), Pomer (1987) e Chiavenato (2008), é possível apresentar Francisco Solano López como sendo um governante que contava com amplo respaldo de seus governados, essencialmente da grande massa campestre da população.

(...) era por seu caráter orgulhoso e enérgico, bem como por sua experiência, o paraguaio da época mais capacitado para continuar a tradição governativa de seus antecessores. Organizador do Exército, seu contato pessoal com as classes campestres havia gerado-lhe grande prestígio popular, que contrastava com a silenciosa hostilidade das camadas sociais superiores (CARDOZO *apud* VILABOY, 1984, p. 132).

Desta forma, sob o marco da tipologia weberiana, Solano López encontra-se no grupo do domínio carismático. Segundo Weber (1982) este domínio é estabelecido por meio da figura do líder, que é reconhecido como tal pelos demais homens, que não o legitimam pelo fator da tradição ou da lei, mas sim por acreditarem nele e em sua capacidade de transformar a sociedade. O líder tem sua vida política baseada na crença própria em seus ideais e, a partir deste fato, ele “luta pela sua obra”. “Isto significa paixão no sentido de uma objetividade, de dedicação apaixonada a uma ‘causa’, ao deus ou demônio que é o senhor” (WEBER, 1982, p. 80).

Tomar uma posição, ser apaixonado – *ira et studium* é o elemento do político e, acima de tudo, o elemento do *líder* político. Sua conduta está sujeita a um princípio de responsabilidade muito diferente e, na verdade, exatamente contrário ao princípio do servidor público. (...) A honra do líder político, do estadista importante, porém, está precisamente numa responsabilidade *pessoal* exclusiva pelo que ele faz, uma responsabilidade que ele não pode e não deve rejeitar ou transferir (WEBER, 1982, p. 67).

Ao se realizar um exercício de comparação da realidade política do Paraguai *lopista* frente à de seus vizinhos, veremos que Dom Pedro II governava o Império do Brasil por meio da dominação tradicional, marcada pela “autoridade do ‘ontem eterno’”, isto é, dos *mores* santificados pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo. É o domínio ‘tradicional’ exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de outrora” (WEBER, 1982, p. 56). Já, o governo do General Mitre na Argentina enquadra-se no domínio em virtude da legalidade (garantido pela força, se necessário), e o governo *Colorado* do Uruguai, conquistado pelo General Flores, também se legitimava através do domínio em virtude da legalidade, após a conformação do golpe de 1863-64 posterior à guerra civil uruguaia. Tal domínio se explica pela “fé na validade do estatuto legal e da ‘competência’ funcional, baseada em *regras* racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se obediência no cumprimento das obrigações estatutárias” (WEBER, 1982, p. 56).

Nesta comparação reside outra escaramuça factível de gerar conturbações no Sistema do Prata. Solano López governava o Paraguai com amplo apoio popular, contando com instituições políticas que impediam a projeção de qualquer outro líder opositor que ameace seu governo, oferecendo-lhe assim uma legitimidade de governar diferenciada em relação aos demais governantes da região do Prata⁶. Ademais, a República de 1814 poderia representar um exemplo hostil aos governos “liberais” – no sentido econômico – e, desta forma, legitimava-se a sentença: o Marechal Solano López e sua “tirânica” República, para a manutenção estável do Sistema do Prata, deveriam ser eliminados.

⁶ Ademais do apoio popular que o governo *lopista* detinha no momento, legado dos governos anteriores, do Dr. Francia e de Carlos Antonio López, o Marechal Solano López conhecia bem a antiga oligarquia nacional, e como esta poderia voltar ao poder se lhe fosse fornecida a devida oportunidade, já que tinha o apoio das demais nações da região. Neste sentido, López tem a percepção de que necessita de uma institucionalização que lhe permita seguir no poder, garantindo sua legitimidade carismática frente à população, impedindo um processo de ascensão opositora, isolando a oligarquia fora do território paraguaio, mais especificamente em Buenos Aires, sob o âmbito da chamada *Legión Paraguaya* (Martínez, 2011).

Em 4 de setembro de 1864 La Nación Argentina volta a insistir no mesmo: “Se não a aliança, ao menos um completo acordo deve ser estabelecido entre os governos que representam na América o princípio da civilização contra as aspirações e as sombrias desconfianças dos verdadeiros representantes da barbárie”. E em 28 de outubro o jornal de Mitre precisa seu pensamento: “As alianças do Rio da Prata ficam assim definidas: Aliança da civilização e das formas regulares de governo: a República Argentina, o Brasil e o general Flores, representante do partido liberal na Banda Oriental, significam indubitavelmente a ordem, a paz, as formas regulares de governo, a liberdade e as garantias para os nacionais e estrangeiros que se colocam sob seu amparo”. Em seguida fala da “atração invencível” e a “lei das Alianças no Rio da Prata”: “O que farão por sua vez os homens de ordem, os povos ilustres, os governos regulares, se não é acordarem, para evitar que as conquistas da civilização sejam destruídas pela barbárie?” (POMER, 1987, p. 113).

Este consenso, principalmente após o golpe de Flores no Uruguai em 1863-64, recebe uma quantidade crescente de adeptos, não apenas pelas circunstâncias apontadas acima, mas também pelas pretensões das duas nações mais interessadas neste imbróglio: o Império do Brasil e a República Argentina. O Brasil, com seus interesses de consolidação hegemônica na região, juntamente com seus interesses comerciais, econômicos e estratégicos, via no Paraguai um ponto chave para a continuação da governabilidade do Imperador, bem como para se alçar como potência regional perante o Sistema Internacional. Por sua vez, a República Argentina, recém formada como tal, possuía da mesma forma interesses hegemônicos na região, e também buscava defender seus interesses comerciais (ligados ao escoamento da produção regional pelo porto de Buenos Aires, sendo dependente das condições de navegação nos principais rios que atravessavam o território paraguaio), ademais de necessitar de legitimidade para o governo de Mitre, bem como para seus sucessores, dadas as tensões internas advindas desde a independência, que tinha nos federalistas a representação contínua de riscos para sua manutenção no poder.

Na mesma medida em que o Paraguai avançava pelo difícil caminho do desenvolvimento econômico, independente do capital estrangeiro, agravavam-se as contradições com seus poderosos vizinhos e o nascente imperialismo inglês. O primeiro passo rumo a criação de um conflito de caráter internacional deu-se em conta de expirar-se o acordo de limites Berges-Paranhos, firmado em 1856 entre Rio de Janeiro e Assunção. A tensão entre ambos os governos cresceu quando ascendeu ao poder no Brasil o Partido Liberal, embandeirado de uma política francamente hostil ao Paraguai, diferentemente de seus antecessores conservadores, mais propensos a conciliação. A oligarquia liberal brasileira, aliada ao Imperador Pedro II, pretendia a liquidação do odioso exemplo que significava um país verdadeiramente livre e soberano, que se negava a acatar os ditados imperiais e a aceitar as relações comerciais desiguais que estavam impondo os capitalistas ingleses às demais nações da América Latina. (...) Por seu lado, a oligarquia liberal bonaerense, também recentemente apoderada do poder (1862), perseguia com a destruição do peculiar regime paraguaio a consolidação do Estado Nacional, em aliança com o capital britânico (VILABOY, 1984, p. 133-134).

Por conseguinte, sobressaltava a imprescindibilidade de transformações nos padrões das relações interestatais no interior do Sistema do Prata, que visassem favorecer ao Império do Brasil, como razão de Estado para este, dada a corrosão natural que esta forma de governo atravessava (ALBERDI, 1965).

A análise dos interesses do Império na conflagração do conflito regional é realizada por uma parcela considerável de estudiosos na revisão histórica do conflito, essencialmente a partir de 1980, evidenciando os resultados esperados e os logrados pelo Brasil com o conflito, no tocante à liderança regional. No concernente às relações internacionais, Cervo e Bueno (2002) apresentam os seguintes fenômenos:

Na ótica do sistema internacional, estabeleceu-se uma hegemonia periférica, porquanto a presença brasileira se caracterizou pela substituição das potências anteriores dominantes, e sua ação preencheu os requisitos do conceito: a) comandou, pela via diplomática, um sistema de acordos e alianças favoráveis aos desígnios da vontade nacional; b) usou da força para dobrar a vontade dos Estados platinos, quando o requeriam as circunstâncias; c) submeteu os mesmos Estados à dependência financeira, por meio de empréstimos e dívidas públicas; d) abriu-os à penetração econômica privada e garantiu o fornecimento de matérias-primas indispensáveis à manutenção de seu sistema produtivo; e) obstou ao aparecimento de uma hegemonia concorrente no período (CERVO E BUENO, 2002, p. 125).

No entanto, uma das maiores contribuições para esta análise veio de Doratioto (2002), quando este evidencia os objetivos da política do Império para com o Paraguai e o Sistema do Prata:

O primeiro deles foi o de obter a livre navegação do rio Paraguai, de modo a garantir a comunicação marítimo-fluvial da província do Mato Grosso com o restante do Brasil. O segundo objetivo foi o de buscar estabelecer um tratado delimitando as fronteiras com o país guarani, de modo a ratificar pelo direito internacional a expansão territorial brasileira ocorrida desde o período colonial. Por último, um objetivo permanente do Império até seu fim em 1889, foi o de procurar conter a influência argentina sobre o Paraguai, a partir da convicção de que Buenos Aires ambicionava ser o centro de um Estado que abrangesse o território do antigo vice-reino do Rio da Prata, incorporando o Paraguai (DORATIOTO, 2002, p. 471).

Solano López, assim como o Dr. Francia (entre 1814 e 1840) e Carlos Antonio López (entre 1844 e 1862), governava contando com o mesmo apoio popular que proporcionou legitimidade carismática aos governos desde a República de 1814. O regime paraguaio foi muito criticado, principalmente o governo de López, que foi internacionalmente considerado como um ditador autoritário, tirano e opressor, que submeteu seu povo a uma barbárie não possuindo similar parâmetro em qualquer outro local da região, o que se apresentava como uma ameaça para a estabilidade regional –

basta recordar os ataques expostos no jornal de Mitre antes da conflagração do conflito, apresentados por Pomer (1987). Acrescentava-se a isso, a caracterização napoleônica e megalomaniaca do líder paraguaio, que buscava tornar legítima a eliminação da República *lopista*, como pode ser observado nas considerações oferecidas por Beltrão (1998, p. 45):

(...) o governo paraguaio, desde 10 de setembro de 1862 em mãos de Francisco Solano López, déspota e ambicioso de glórias militares que se equiparasse aos feitos de Napoleão. (...) O Paraguai dos López, pai e filho, não se conformava em ficar à margem dos assuntos do Prata, sempre sonhando com a perda da hegemonia dos primeiros tempos da colonização espanhola, quando o governo de Assunção se estendia além do estuário. Francisco Solano López viu chegando o momento de ter assento entre os árbitros das questões do Prata e de reivindicar pelo menos uma parte dos antigos territórios, cuja perda até hoje magoa alguns círculos paraguaios.

Costa (1870) afasta-se do debate da figura de López, para apresentar a do povo paraguaio em si, encontrando neste fator um fomentador para o conflito. Segundo o autor, “o Paraguai [era] habitado por uma população bárbara e fanática, acostumada ao despotismo dos seus ditadores, tirou da sua educação selvagem o esforço brutal com que resistiu cinco anos ao poder das armas aliadas” (COSTA, 1870, p. 6).

Mas será realmente que um país das dimensões do Paraguai, com o contingente populacional e, conseqüentemente, militar⁷, tão inferior aos dois grandes países da região, e com recursos – em valor agregado – também inferiores teria sido uma grande ameaça para a estabilidade regional? As pretensões expansionistas paraguaias advindas de seu tirânico líder suscitariam um conflito que iria contrapor este governo com duas potências regionais tão superiores?

Analizando a concepção de relações internacionais de Solano López, apresentada por Chiavenato (2008), extrai-se um contraponto às afirmações de Beltrão (1998). O “momento de ter assento entre os árbitros das questões do Prata” é, na verdade, uma caracterização superficial da realidade factual. O exame atento dos fenômenos internacionais, bem como da organização do Estado paraguaio, tornavam os fenômenos do Sistema do Prata assuntos vitais para a manutenção deste Estado, constituindo a razão de ser do regime de López.

⁷ Doratioto (2002) evidencia que quando houve a deflagração do conflito, o efetivo militar paraguaio era superior aos de seus adversários. Não obstante, Chiavenato (2008) justifica esta ocorrência não simplesmente por pretensões beligerantes de López, e sim pela ineficácia dos exércitos aliados, especialmente o Imperial, que dependeu da Guarda Nacional e dos Voluntários da Pátria durante o conflito. O que se busca apresentar aqui é o potencial das forças armadas aliadas que, conforme visto no decorrer do conflito, superaram as paraguaias em número, em função do contingente populacional amplamente superior dos aliados.

(...) é a autobiografia da sua política exterior: está traçada em poucas palavras no que o futuro presidente do Paraguai entende como segurança nacional e como irá até as últimas consequências se esta segurança fosse ameaçada pela ruptura do equilíbrio político na bacia do Prata. Profeticamente – ou não tanto – ocorreu tudo o que se temia tacitamente nas palavras do jovem Solano López: a) o equilíbrio do Prata realmente determinava a segurança nacional do Paraguai; b) o Paraguai pretendia influenciar na manutenção deste equilíbrio como forma de autodefesa nacional; c) rompido este equilíbrio, a guerra seria inevitável; d) com a guerra, o Paraguai “poderá o que nunca pode” e termina derrotado (CHIAVENATO, 2008, p. 57).

Ademais, as críticas “civilizadoras”, no concernente à personalidade de López, podem ser rebatidas com a argumentação weberiana da liderança política. Segundo Weber (1982) a vaidade do líder político é a forte tentação que este tem a cometer os pecados mais capitais de sua atividade: a falta de objetividade e a irresponsabilidade.

(...) Ele [o político] trabalha com o desejo de poder como um meio inevitável. Portanto, o “instinto do poder”, como se diz habitualmente, pertence na verdade às suas qualidades normais. O pecado contra esse espírito altaneiro de sua vocação, porém, começa quando esse desejo de poder deixar de ser objetivo para tornar-se uma auto-embriaguez puramente pessoal, ao invés de colocar-se exclusivamente a serviço “da causa”. Em última análise, há apenas dois tipos de pecado mortal no campo da política: a falta de objetividade e – com frequência idêntica a ela, mas nem sempre – a irresponsabilidade. (...) Sua irresponsabilidade, porém, sugere que ele gosta do poder simplesmente pelo poder sem uma finalidade substantiva (WEBER, 1982, p. 81).

López, dentro da explanação de Weber, não se caracteriza como tal, mesmo que os civilizadores da Tríplice Aliança o quisessem. Seus objetivos não eram meras vaidades ligadas à promoção pessoal, pelo contrário, representavam interesses nacionais, que buscavam a manutenção da existência política do país, e de um regime político baseado nas massas camponesas, que resistira até então pelo próprio apoio dos submetidos ao regime.

(...) o Paraguai consagra em suas bases constitucionais as velhas aspirações do povo: (...) o Estado tem seus armazéns, que lhe permitem regular o preço das mercadorias, tem suas estâncias, que proporcionam carne e remontam ao exército e animais de carga ao agricultor pobre; (...). Não restringe a formação de fortunas individuais, apenas sua hipertrofia, quer dizer, a aspiração de uma plutocracia prepotente que ameace ou extinga as liberdades do povo. Simultaneamente se ocupa de evitar a pauperização das classes inferiores; e se a acumulação da fortuna individual encontra um limite (...) também a pobreza tem uma faixa da qual não pode descer. Periodicamente chega às classes deserdadas o eficaz amparo estatal, na forma de distribuição gratuita dos meios de produção (GONZÁLEZ *apud* VILABOY, 1984, p. 131-132).

Entretanto, Weber (1982, p. 87) adverte que quando se considera o líder político legitimado pelo carisma, e pela vocação, “tal pessoa se coloca à mercê de forças

diabólicas envoltas na violência”. Weber (1982) avança no debate, afirmando que o estabelecimento de qualquer tipo de justiça absoluta, por meio da força e da violência, necessitaria de adeptos, ou, como o próprio menciona, de uma “máquina humana”.

Entrementes, no caso específico da Guerra da Tríplice Aliança, isto não se verificou para o grupo dos aliados. As forças da Tríplice Aliança não possuíam legitimidade internamente comparáveis com as forças do Marechal Solano López, no entanto, a união das forças aliadas, auxiliadas pelos empréstimos bancários ingleses, logrou consubstanciar-se na hecatombe paraguaia.

Isso não quer dizer que os governos aliados não possuíam defensores internamente, que apoiassem a conflagração do conflito à López, nem que López não possuía inimigos internos, e que toda a população era favorável ao conflito. Apenas busca-se evidenciar a ampla aceitação da liderança de López (principalmente pelos camponeses e as forças armadas), que contrasta com as fortes dissensões internas nos demais países, já apresentadas anteriormente.

Inegavelmente a República do Paraguai e o Marechal Solano López indispunham-se com os governos do Brasil e da Argentina. No entanto, até 1863, o governo *Blanco* uruguaio era grande aliado de López, ao ponto de existir um Tratado firmado por Brasil e Paraguai em 1850, que garantia a soberania e independência da República Oriental do Uruguai. O cenário estável, superficialmente ao menos, do Sistema do Prata, repentinamente transformou-se. O governo *Blanco* (acercado dos federalistas argentinos e do *lopismo*) de Bernardo Prudencio Berro (1860-1864) foi abruptamente interrompido pela eclosão de uma guerra civil, levada a cabo pelo General Venancio Flores que, com amplo auxílio argentino (dos unitaristas) e brasileiro (da elite rio-grandense), destituiu os *Blancos* do poder e tornou-se presidente da República, sob a alegação de restabelecer a ordem e a segurança nacional, rompidas pelo governo *Blanco* (Pomer, 1987).

O Marechal Solano López, certamente, não permaneceu indiferente aos acontecimentos na banda oriental do Uruguai, seja pela solidariedade do governo paraguaio com o governo *Blanco*, seja pelo cumprimento do Tratado firmado com o Brasil, que acabou sendo ignorado pelos interesses do Império e de Buenos Aires. Além desses fatores, ressalta-se a avaliação de política externa do Marechal Solano López – conforme apresentada por Chiavenato (2008) – que observava na manutenção do balanço de poder, fundamentado no equilíbrio político vigente até o início da década de

1860, um aspecto essencial para a sobrevivência da República inaugurada em 1814. A guerra civil uruguaia, e fundamentalmente a intervenção argentino-brasileira no conflito, representou a ruptura do equilíbrio, constituindo-se em um ataque direto às possibilidades de resistência paraguaias (VILABOY, 1984).

Não obstante, López não considerou todo o complexo das relações internacionais no interior do Sistema do Prata. O entrelaçamento de brasileiros, argentinos e uruguaios, há muito tempo já ensaiado, e os interesses de cada Estado com relação aos rumos do Paraguai *lopista*, podem ser observados nas declarações de Sarmiento, que em 1860 dizia:

(...) se a solução do grande problema argentino tem um feliz desenlace, então interesses comuns entre as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Brasil, irão aproximá-los e reuni-los para fazer triunfar no interior de nossos rios, princípios e liberdades que nos garantam contra governos como o do Paraguai (SARMIENTO *apud* POMER, 1987, p. 112).

Além disso, as alianças frágeis e custosas logradas por López não reduziam seu isolamento efetivo no cenário internacional. Os federalistas, sob o comando de Urquiza, possuíam interesses comerciais próprios dentro do conflito que, segundo Pomer (1987), determinavam sua aparente neutralidade. Mas também o isolamento político de Urquiza, após a consolidação de Mitre no poder, fazia com que uma aliança entre López e Urquiza fosse improvável, contrariamente ao esperado por López. Mellid (1964) chega a mencionar que “Urquiza não teve nunca sentimentos sinceros pelo Paraguai”, agindo de acordo com seus interesses.

No Uruguai, os *Blancos* foram derrotados na guerra civil, e o país foi ocupado militarmente pelos brasileiros. Já no Brasil, os conservadores poderiam ter se aliado com López, na medida em que eram adeptos da diplomacia, e viam na guerra um empreendimento muito custoso para obter os objetivos propostos. No entanto, com a invasão do território brasileiro por López, a elite brasileira passou a apoiar amplamente a represália ao país invasor (Vilaboy, 1984).

Consequentemente, Solano López ficou sem aliados viáveis no advento do conflito, e isolado enfrentou a aliança entre argentinos, brasileiros e uruguaios. O prolongamento do conflito, juntamente com a dominação carismática que o Marechal exercia, levaram ao surgimento de considerações acerca da bravura dos combatentes paraguaios, da liderança de López e da resistência das lutas populares paraguaias.

A epopeia paraguaia e a construção da imagem lendária do Marechal López

López declara guerra ao Brasil em manifesto de apoio à Berro, todavia, para chegar ao Uruguai, necessitava atravessar o território argentino, tendo esta concessão negada por Mitre no início de 1865 – o que evidenciava, por sua vez, o posicionamento argentino pró-*florista*. O resultado desse grande infortúnio para os paraguaios foi o seguinte: o Império do Brasil, a República Argentina e o novo governo da República Oriental do Uruguai, celebraram o tratado que estabeleceu a Tríplice Aliança, em resposta às invasões do Paraguai ao Brasil (em final de 1864) e à Argentina (no início de 1865). Os rumos da República *lopista* estavam traçados.

A questão do equilíbrio regional levantava grandes preocupações para Assunção, principalmente após os eventos que ocorreram na República Oriental do Uruguai em 1863, e especialmente em 1864, quando da intervenção direta para a conformação do golpe de Estado do General Flores⁸. Se tal infortúnio acontecera com a República uruguaia, o que poderia ocorrer quando as atenções se voltassem para a República governada por Solano López?

O pensamento de López acerca dos eventos que se desencadeariam após a mudança no equilíbrio regional é representado na poesia de Juan Emiliano O’Leary, que dizia: “a profecia do Marechal López se cumpriu. Caiu sobre ele e sobre seus companheiros um crepúsculo sangrento, de opróbrio e de ignomínia” (O’LEARY, 1922, p. 507).

Em resposta à guerra civil uruguaia, especificamente ao golpe de Estado de Flores, considerado como o estopim da guerra, o Paraguai tentou um modo de transformar os traços já definidos para seu porvir, invadindo o território brasileiro e utilizando-se da tática de guerra relâmpago, avançando pelo Mato Grosso por meio do Rio Apa, em meados de 1864⁹.

⁸ Pomer (1987) apresenta uma análise específica dos acontecimentos da guerra civil uruguaia, especialmente, sobre a forma como Mitre e os unitaristas auxiliaram Flores a retornar ao Uruguai e combater os *Blancos*, bem como da participação do efetivo militar brasileiro, especialmente a esquadra do Almirante Tamandaré – responsável pelo bombardeio de Paysandú, em 21 de dezembro de 1864 – no evento que representou o *turning point* decisivo para a vitória dos *Colorados*.

⁹ Vilaboy (1984) faz uma reconstituição dos acontecimentos ocorridos naqueles momentos iniciais do conflito, na chamada Campanha do Mato Grosso. Nesta, o Paraguai consegue invadir e conquistar os territórios em litígio com o Brasil na região do atual Mato Grosso do Sul, fronteiriços com o Rio Apa, consistindo em uma resposta paraguaia à intervenção brasileira no Uruguai, e sendo um dos primeiros enfrentamentos do que viria a ser a Guerra da Tríplice Aliança.

Não cabe no foco deste artigo o debate acerca dos acontecimentos da guerra – isto é, das Campanhas¹⁰ e combates em si – e sim das consequências do conflito e suas implicações para as estruturas políticas, sociais e econômicas do Paraguai, bem como para o Sistema do Prata como um todo.

Entre os anos 1865 e 1870, a Bacia do Prata foi palco de um conflito armado sem precedentes na história regional. O dia 1º de março de 1870 é um símbolo que traz consigo uma marca histórica notável desde sua consumação. Nesta data os últimos contingentes da resistência paraguaia foram derrotados, tendo como fato emblemático a morte do Marechal Francisco Solano López, na batalha de Cerro Corá¹¹. O objetivo central da Tríplice Aliança ao empreender o conflito armado contra a República do Paraguai havia sido logrado.

A resistência paraguaia tornou a rápida vitória esperada por Mitre e a Tríplice Aliança, na conhecida epopeia paraguaia, história que atravessou fronteiras, tornando aquela pequena pátria mundialmente reconhecida pela entrega de seus soldados nas batalhas. O historiador argentino José I. Garmendia ressaltava tais características dos soldados paraguaios ao afirmar em suas memórias da Guerra do Paraguai que este era o “traço de audácia dos (...) paraguaios, que conseguiram algumas vantagens em princípio sobre nossa vanguarda, mas logo tiveram que retroceder sobrecarregados pelo número, ainda que lutando sempre valorosamente” (GARMENDIA, 1883, p. 14).

O’Leary (1922) aponta para o caráter fundamental da condução do Marechal López, que possibilitou a resistência nessas condições, oferecendo um subsídio adicional à argumentação de sua vocação política.

¹⁰ Os principais confrontos foram a Campanha do Mato Grosso e as batalhas de “Estero Bellaco”, “Tuyuti”, “Ytaity Corá”, “Curupaty”, “Humaitá”, “Lomas Valentinas”, “Itororó”, “Piribebuy”, “Curugaty” e “Cerro Corá” (Vilaboy, 1984).

¹¹ Os últimos momentos do Marechal Solano López, de seu contingente de resistência (cerca de 200 a 300 soldados), bem como do contingente do general Caballero, conformaram-se em epopeias paraguaias, que seguem carregadas de enorme caráter nacionalista. López, cercado por soldados brasileiros, nega a render-se e confronta-os, sendo ferido gravemente. Tenta esconder-se na ribanceira do Arroio *Aquidabán*, sendo encontrado pelas tropas do General Correa da Câmara, e intimado à rendição nega-se novamente, lutando contra os soldados brasileiros, sendo então morto, alvejado no coração (DORATIOTO, 2002, p. 451-452). O vice-presidente Francisco Sánchez, de 80 anos de idade, também não se rendeu e lutou contra os brasileiros, sendo também morto. O filho de Solano, “Panchito”, quando intimado a render-se disse: “Um coronel paraguaio não se rende”! Desta forma, acaba tendo o mesmo destino de seu pai. A capitulação final das tropas paraguaias se deu em 8 de março de 1870, quando a tropa de Caballero, que estava há dias sem comunicação com as demais tropas, foi cercada nas imediações do Rio Apa, recebendo a notícia da morte de Solano López. Nesse momento, emocionado, Caballero aceitou a derrota paraguaia (VILABOY, 1984, p. 173-174).

O Diário Oficial do Exército Brasileiro também fornece subsídios para contemplar a resistência paraguaia, especialmente no último biênio do conflito, como sendo motivada pela liderança de López:

A retirada de Lopez para o departamento da Cordilheira, depois de sua derrota em Lomas Valentinas, representava em verdade uma nova e difícil fase da guerra. Recorria ele à resistência já desde muito prevista e natural, mas pouco esperada, que se firma nas agruras das serras e nas brenhas e emboscadas; renovava com desespero essa luta de recursos cunhado principalmente na obediência cega de seu povo, e atirava-se aos azares da guerra de montanha que tantos embaraços cria aos atacantes e tem sido tão feliz aos caracteres audazes (DIÁRIO DO EXERCITO, 1869, p. 9).

A persistência do conflito trouxe outra problemática para a Tríplice Aliança – que fomenta o argumento de que López dispunha de amplo apoio das massas populares paraguaias. Não havia nenhuma diretriz acerca da instalação de um governo provisório, pois, por um lado, não se esperava que López resistisse por muito tempo, e por outro, acreditava-se que a elite paraguaia opositora de López pudesse conformar o novo governo (DORATIOTO, 2002).

O Paraguai e Solano López resistiram até o último momento, enquanto as circunstâncias catastróficas criadas pela Tríplice Aliança o permitiram, e uma grande prova disso foi a (suposta) última frase proferida pelo líder da nação guarani: “não lhe entrego a minha espada; morro com a minha espada e pela minha pátria” (DORATIOTO, 2002, p. 451). López, que desde a intervenção brasileira no Uruguai já soubera das pretensões do Império e da República de Buenos Aires com respeito ao futuro da República do Paraguai, seguiu na luta por seu ideal, acreditando até o último momento em um possível triunfo e, mesmo quando do ato derradeiro, permaneceu firme em sua convicção, como líder político com vocação.

Para Oliveira Dias (1870, p. 48), López já “se confessava derrotado” após o fracasso da resistência em “Lomas Valentinas”, não obstante seguia chamando ao povo paraguaio a resistir à invasão aliada.

Dissemos que o duque sabia que Lopez continuaria a fazer a guerra, porque no dia 29 de Dezembro apareceu em nosso acampamento um boletim impresso em *Cerro Leão* ou *Ascurra*, no qual o tirano se confessava derrotado, mas prometia nova e ameaçadora resistência nas Cordilheiras, chamando às armas o povo paraguaio, e convidando-o ao extermínio das forças aliadas.

Com a morte de López, pereceu também a República de 1814, e ficou consumado o êxito da civilização liberal. Todavia, o caráter marcadamente nacionalista da República *francista* e *lopista* e seus ideais, resistem ao longo do tempo, emergindo

variados movimentos contestatórios e revolucionários que visam a reconstituição daquele regime político¹². Isso foi, inclusive, prenunciado pelo Marechal Francisco Solano López, quando declarou que:

Seremos vilipendiados, no dia antes de morrer, seremos vilipendiados por uma geração surgida do desastre, que levará a derrota na alma e no sangue como um veneno, o ódio do vencedor. Mas outras gerações, que virão depois, nos farão justiça, aclamando a grandeza de nossa imolação. Eu serei mais ridicularizado que vocês, serei posto fora da lei de Deus e dos homens, serei submerso sob o peso de montanhas de desgraça. Porém me chegará também meu dia, e voltarei a surgir dos abismos, da calúnia, para ir crescendo, todos os dias, aos olhos de nossos compatriotas, para ser o que fatalmente terei que ser em nossa história (LÓPEZ *apud* O'LEARY, 1930, p. 313-314).

Segundo Doratioto (2002), a partir da década de 1930, começa a se fortalecer uma revisão historiográfica que apresenta uma visão crítica da guerra da Tríplice Aliança e reivindica a Solano López um *status* heróico. O'Leary (1922) foi o primeiro a impulsionar tal empreendimento. Não obstante, em obras imediatamente posteriores à guerra, como a de Garmendia (1883), já é possível observar tais características.

Por outro lado, na década de 1970, se iniciou um forte movimento no Brasil de revisionismo histórico que glorificava Solano López e culpava os aliados pelo conflito, tendo em Chiavenato (2008) seu maior expoente. Na Argentina, um movimento similar é fortalecido na década de 1980, com trabalhos como os de Vilaboy (1984) e Pomer (1987), que passaram a marcar a historiografia recente do país sobre o conflito, com um forte caráter crítico, muito próximo da visão federalista e anti-*mitrista* da época da guerra. Blanch (2008) analisa a historiografia argentina pactuante do *mitrismo*, associando-a à justificativa liberal-civilizadora da intervenção contra o Paraguai, bem como à abstenção do debate sobre o conflito, restringindo-se simplesmente à exposição de acontecimentos.

As obras mais recentes publicadas no Brasil tratando da Guerra do Paraguai são marcadas por um caráter crítico à visão da historiografia das décadas de 1970 e 1980. Doratioto (2002) talvez tenha apresentado a maior contribuição contemporânea ao estudo do conflito, oferecendo uma visão de escopo mais abrangente, concebendo o processo de formação dos Estados nacionais do Prata, bem como seus interesses divergentes, como sendo a força motriz para a eclosão da guerra.

¹² São exemplos contemporâneos da utilização dos ideais *lopistas*: o Partido Febrerista, o Partido Patria Libre, e a guerrilha do “Ejército del Pueblo Paraguayo”.

Neste ponto, torna-se oportuno questionar por quais motivos pode se afirmar categoricamente que a Guerra da Tríplice Aliança representara o fim da República de 1814 e a hecatombe do Paraguai. Atemo-nos aos saldos finais que a “guerra civilizadora” deixou.

O conflito trouxe resultados catastróficos para o Paraguai. A situação era realmente dramática. Pelos campos e cidades reinava a mais espantosa miséria; as indústrias e estaleiros haviam sido destruídos, o gado praticamente desapareceu e a agricultura encontrava-se abandonada. A população sobrevivente morria de fome e vagava pelas estradas em busca de alguma forma de sustento. Do milhão de habitantes que se calculou para o Paraguai em princípios da década de sessenta, sobraram com vida em 1871 algo mais de 200.000 pessoas, das quais metade eram mulheres, 86.000 crianças e somente 36.000 homens, muitos deles idosos. Há relatos de que foi necessário autorizar a poligamia para repovoar o país (VILABOY, 1984, p. 174-175).

A República *lopista* foi extinta, e em seu lugar foi instituído um regime constitucional liberal, dependente dos vizinhos vitoriosos¹³. O acesso à terra de forma popularizada foi substituído pelo latifúndio, em pequeno número neste momento, mas já renunciando sua evolução futura. A nascente industrialização paraguaia foi devastada, e em seu lugar o Paraguai voltou-se para sua “vocação” agrícola, no sentido *ricardiano* do termo¹⁴. A civiliza  o ocidental havia chegado    antiga república bárbara.

Cabe aqui reiterar os apontamentos da própria historiografia brasileira, anteriormente apresentados, que justamente determinam as consequências do conflito como os resultados da conforma  o dos interesses da política externa do Império, para com a região platina. Observa-se, por conseguinte, que tais objetivos foram integralmente alcançados após a guerra. Houve a defini  o dos limites territoriais com o Paraguai, a conten  o das aspira  es expansionistas argentinas, a liberaliza  o comercial do Paraguai e de seus rios, bem como a perpetua  o do Império por quase duas décadas.

Findado o século XIX, o desenvolver do século XX presenciou o aprofundamento das estruturas criadas com o fim da Guerra da Tríplice Aliança no

¹³ O país foi ocupado militarmente pelas tropas aliadas até 1876, quando se retiraram após deixarem-no moldado conforme os interesses nacionais dos vencedores do conflito. O Paraguai possuía agora uma Constitui  o liberal, que fornecia privilégios para os estrangeiros e liberdades expansivas de propriedade privada. Já entre 1871 e 1872 o país recorria a empréstimos em Londres, demonstrando qual seria a t  nica da sequência histórica paraguaia, evidenciando também a vitória do consenso liberal-civilizador na região (VILABOY, 1984; POMER, 1987).

¹⁴ Referente    Teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, na qual as na  es deveriam se especializar na produ  o dos produtos em que eram mais capacitadas, importando os demais produtos, e beneficiando-se assim do comércio internacional, teoricamente liberalizado, que promoveria a forma mais sustentável de crescimento nacional.

Paraguai. Entrementes, o papel hegemônico internacional inglês foi sendo substituído pelo estadunidense. A República do Paraguai presencia, até hoje, altos índices de assimetrias sociais, desenvolvimento decisivo das tensões sociais, instabilidade política, aprofundamento da primazia do setor primário-exportador, dependência externa, demonstrando cada vez mais a impossibilidade de manter um regime político estável, fonte principal do empreendimento belicoso da Tríplice Aliança (MARTÍNEZ, 2011).

Considerações finais

Por meio das considerações teóricas e empíricas realizadas, busca-se dar prosseguimento ao esforço acadêmico de debater e compreender a história da República do Paraguai entre 1814-1870, e de seu último líder, o Marechal Solano López. Tal esforço, ensaiado pelo poeta Juan Emiliano O’Leary, logrou alterar parcela considerável dos equívocos apresentados pela historiografia aliancista nas primeiras décadas posteriores ao conflito, assim como as observações de Costa (1870) e Montenegro (1893). Não obstante, muitas justificativas equivocadas à eliminação da República de 1814 seguem correntes, fazendo-se necessário seguir o debate desse momento histórico, como as efetivadas por Beltrão (1998).

Neste trabalho se ofereceram algumas fundamentações, baseadas na teoria marxista das relações internacionais (essencialmente o *leninismo*), do socialismo utópico de Rousseau, bem como da categorização *weberiana* da legitimação do domínio político, intentando demonstrar a incompatibilidade dos discursos e da práxis dos aliados quanto à legitimidade de seus apelos liberal-civilizadores em relação ao Paraguai.

A República de 1814 e o Marechal Solano López representavam a contraposição ao modelo agroexportador dependente, coexistindo com este até o momento em que as contradições da sociedade capitalista começaram a se aprofundar no Sistema Internacional, quando o imperialismo inglês iniciou seu processo de consolidação hegemônico. Ademais, as contradições são base das sociedades capitalistas dependentes e, desse modo, as estruturas sociais internas argentinas, brasileiras e uruguaias acirravam as tensões entre a classe trabalhadora e a classe dirigente, aprofundando a luta de classes, tanto internamente quanto na relação entre os países do Sistema do Prata. Consequentemente, a existência do modelo paraguaio representava um risco à

continuidade dos regimes dependentes do capital inglês. Assim, a eliminação da República *lopista* não representou a supressão de um regime “bárbaro e tirânico”, mas a vitória do capitalismo liberal clássico e dos interesses da elite conservadora do Império brasileiro em confluência com os interesses da elite comercial bonaerense.

É importante apontar que não se buscou dignificar ou dogmatizar a figura de Solano López, mas, apenas demonstrar, com apoio da práxis organizativa da República do Paraguai pós-independência, a relevância de sua liderança e da estrutura sócio-político-econômica paraguaia entre 1814-1870 como alternativa ao modelo agroexportador dependente. Fundada aspirando incorporar os ideais da Revolução Francesa (DONGHI, 1975), a República de 1814 pode ser considerada uma efetivação prática de um proto-socialismo, uma vez que pode ser observada nas bases de organização da sociedade paraguaia na época a marcante presença de elementos do socialismo utópico de Rousseau.

Todavia, o proto-socialismo paraguaio não acompanhou adequadamente a evolução do capitalismo mundial, ficando ameaçado quando o avanço de sua sociedade contrapunha-se ao avanço do capitalismo inglês, e vice-versa. Na década de 1860 a contraposição tornou-se evidente e, isolado do restante do Sistema Internacional, o Paraguai buscou em seu líder e na resistência popular um meio para sobreviver à catástrofe. Não obstante, a superioridade numérica e de provisões dos países que conformavam a Tríplice Aliança, impediu que a República de 1814 mantivesse sua existência após o conflito.

No entanto, a resistência paraguaia, que transformou a rápida vitória esperada em uma guerra que se arrastou por cinco anos, definiu a epopeia paraguaia. Determina-se, assim, que o proto-socialismo paraguaio (de matriz utópica) careceu de evolução institucional que observasse as novidades da modernidade, do capitalismo, e compreendesse a crescente oposição do imperialismo inglês na região e de sua estrutura social, e da contraposição dos interesses agroexportadores argentino-brasileiros com os interesses paraguaios.

Em um sistema de Estados em que o avanço do capitalismo imperialista acirrava as tensões internas e externas, o isolacionismo paraguaio foi sua maior fraqueza. A incapacidade de compreender os interesses ingleses incrustados na cruzada liberal-civilizadora, a essencialidade da liderança regional brasileira para a manutenção do Império, unidas ao isolamento internacional, impossibilitaram ao Paraguai a formação

de uma coalizão oposta, restando apenas o determinismo da luta individual do pequeno país sul-americano com seus dois grandes vizinhos, unidos ao Uruguai e financiados (especialmente a Argentina) pelo imperialismo inglês.

Referências

ALBERDI, Juan Bautista. **La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Hyspamerica, 1965. 236 p.

BELTRÃO, Romeu. **O vanguardeiro de Itororó**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 1998. 222 p.

BLANCH, Carlos Andrés. “La Guerra del Paraguay, una estrategia del liberalismo”. *In*: AUZA, Néstor Tomás. **Historia Argentina**. Villa María: Universidad Nacional de Villa María, 2008. p. 1-19.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. “O controle do Prata”. In: **História da política exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 108-128.

CHIAVENATO, Julio José. **Genocidio Americano: La Guerra del Paraguay**. Asunción: Carlos Schauman Editor, 2008. 233 p.

COSTA, Francisco Felix Pereira da. **Historia da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguay e Paraguay**. Vol. III. Rio de Janeiro: Livraria de A. G. Guimarães & Cia, 1870. 673 p.

DIARIO DO EXERCITO. **Campanha do Paraguay**: Commando em chefe de S. A. o Sr. Marechal de Exército, Conde D’Eu. 16 de abril a 31 de maio. Pirayu: Typographia do Exercito, 1869. 97 p.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. 3. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 325 p.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 617 p.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2011. 98 p.

GALASSO, Norberto; IBÁÑEZ, Germán. “La Guerra de la Triple Infamia”. In: **Cuadernos para la Otra Historia**. Buenos Aires. Centro Cultural “Enrique S. Discépolo”. 2005. p. 1-22.

GARMENDIA, José I. **Recuerdos de la Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Casa Editora de Jacobo Peuser, 1883. 132 p.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Obras Escogidas**: Tomo II. Barcelona: Lluita Comunista, 1977. p 219-305. Traducido de las Obras Completas de V. I. Lenin. 5ª Ed. Russa. t. 33. p 1-120.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. 271 p.

MARTÍNEZ, Osmar Feliciano. **La Razón de mi Prisión**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Cooperativa El Río Suena, 2011. 204 p.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Edição digital: Ridendo Castigat Mores, 2000. 195 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Rocket Edition, 1999. 68 p.

MELLID, Atilio Garcia. **Proceso a los falsificadores de la Historia del Paraguay**. Buenos Aires: Imprenta López, 1964.

MONTENEGRO, J. Arthur. **Guerra do Paraguay:** Memorias de Madame Dorothea Duprat de Lasserre. 1. ed. Porto Alegre: Reis, Bastos & Cia, 1893. 97 p.

O'LEARY, Juan Emiliano. **Apostolado patriótico.** Asunción, 1930. 434 p.

_____. **El libro de los héroes:** páginas históricas de la Guerra del Paraguay. Asunción: Librería La Mundial, 1922. 516 p.

OLIVEIRA DIAS, Satyro de. **O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguay:** estudo critico-historico. Salvador: Typographia do Diario, 1870. 56 p.

POMER, León. **La Guerra del Paraguay:** Estado, política y negocios. 2. ed. Buenos Aires: CEAL, 1987. 262 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** Trad.: Rolando Roque da Silva. Edição Eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 2001. 211 p. Disponível em: <www.jahr.com.br>.

TORRES HOMEM, J. S. **Annaes das guerras do Brazil com os Estados do Prata e Paraguay.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911. 333 p.

VILABOY, Sergio Guerra. **Paraguay:** de la independencia a la dominación imperialista 1811-1870. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1984. 183 p.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Org.: H.H. Gerth; C. Wright Mills. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982. 532 p.